

## Das provocações cearenses ao pós-secular: reflexões sobre Igreja e sociedade no Nordeste brasileiro

*From the provocations of 'cearenses' to the post-secular: reflections on Church and Society in the Brazilian Northeast*

José Luciano Albino Barbosa  
UEPB, João Pessoa-PB, Brasil.

### Resumo

O objetivo central deste artigo consiste em apresentar e discutir elementos históricos e sociológicos que demonstram a capacidade da Igreja Católica, com ênfase para o Nordeste Brasileiro, para articular a esfera pública ao enfrentamento de problemas sociais. A partir de três ícones ou lideranças religiosas (Antônio Conselheiro, Padre Cícero e Dom Helder Câmara), mas também, nesta linha, Padre Ibiapina, tona-se possível visualizar o caráter peculiar que o catolicismo teve para promover mais do que, propriamente, mobilizações sobre o sagrado. Para além das paredes das capelas, tais figuras históricas sempre estiveram bem contextualizados à conjuntura política do tempo de cada um. A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica sobre tais lideranças, além da visita sobre a obra de Jurgem Habermas no tocante aos textos preocupados com a reflexão a respeito da sociedade civil e a relação entre “fé e saber”. Este estudo, assim, teve desdobramentos ou objetivos específicos para investigar a dinâmica religiosa brasileira, o que permitiu compreender como o catolicismo passou por um processo de perda de fiéis, a partir da década de 1970, em um contexto de modernização, surgimento de metrópoles e a industrialização do país. Neste âmbito de mudanças e de sedimentação de uma sociedade plural, em que o catolicismo é “mais um” referencial sobre o sagrado, torna-se importante observar as posturas do Papa Francisco como protagonista de uma igreja de “saída” e preocupada com o diálogo. Em outras palavras, pode-se concluir que a capacidade de articular questões sociais urgentes com a linguagem de um cristianismo comprometido com os pobres, tal como fizeram os “cearenses”, assume caráter diferencial no fazer religioso católico atual. Será o Papa Francisco mais um cearense?

### Palavras-chave

Religião.  
Esfera Pública.  
Nordeste.  
Política.  
Papa Francisco.

## Abstract

The central objective of this article is to present and discuss historical and sociological elements that demonstrate the capacity of the Catholic Church, with an emphasis on the Brazilian Northeast, to articulate the public sphere in the face of social problems. From the three icons or religious leaderships (Antônio Conselheiro, Padre Cícero and Dom Helder Câmara), but also in this line, Father Ibiapina, it is possible to visualize the peculiar character that Catholicism had to promote more than, properly, mobilizations on the sacred. Beyond the walls of the chapels, these historical figures have always been well contextualized to the political conjuncture of each one's time. The methodology used in this study was the bibliographical research on such leaderships, as well as a visit to the work of Jurgen Habermas on texts concerned with reflection on civil society and the relationship between "faith and knowledge". This study, therefore, had specific developments or objectives to investigate Brazilian religious dynamics, which allowed us to understand how Catholicism underwent a process of loss of believers, starting in the 1970s, in a context of modernization, emergence of metropolis and the industrialization of the country. In this context of changes and sedimentation of a plural society, in which Catholicism is "another" reference to the sacred, it is important to observe the positions of Pope Francis as protagonist of an "outgoing" church and concerned with dialogue. In other words, one can conclude that the ability to articulate urgent social issues with the language of a Christianity committed to the poor, as did the "cearenses" assumes a differential character in current Catholic religious practice. Is Pope Francis another "cearense"?

## Keywords

Religion.  
Public Sphere.  
Northeast.  
Politics.  
Pope Francis.

## Introdução

Uma das tarefas próprias da investigação sociológica diz respeito à capacidade de esclarecer o processo histórico a partir do qual, certas convicções se naturalizam. Significa desvendar, por criteriosas fontes e análises sistemáticas, a tecitura da realidade social, naquilo que ela tem de conflitos, arranjos e interesses diversos. Em outras palavras, o trabalho sociológico consiste em "abrir as cortinas" que escondem e mistificam as articulações construídas pelas pessoas, clareando o que se mostra dado, imediato e (pré)concebido da *ordem social*. Tomar a realidade por objeto científico se refere à tentativa de compreendê-la segundo essas orientações "escondidas".

Para construir a reflexão sociológica, um dos caminhos possíveis consiste em partir do senso comum, daquilo que se reproduz nas falas e instituições há bastante tempo, para, a partir disso, começar a puxar o fio que cerziu aquela roupa social

usada pelas pessoas, cujo formato assume, na maioria das vezes, os contornos e funções de uma camisa de força. Dizendo diferente, o desafio do pesquisador começa pelo imediato e tido como verdadeiro e sedimentado, e vai seguindo, como em uma máquina do tempo, para garimpar situações, ocorrências e eventos que lhe tornaram possível no passado. Para a compreensão sociológica, cada objeto, palavra e a combinação delas em discursos, revela o quanto a vida social está repleta de relações, histórias e complexidades.

Nos últimos anos, venho realizando tal exercício investigativo para pensar sobre o Nordeste, com destaque para o papel que a Igreja Católica desempenhou em tal contexto regional. Este ensaio, em particular, expressa parte desse estudo e tem o objetivo de compreender um pouco mais sobre a referida relação, ao buscar identificar, pela análise histórica e conceitual, o lugar da Igreja no processo de formação histórica de tal contexto geográfico.

Para tanto, dois recursos investigativos são indispensáveis. Primeiro, o de recuperar leituras já construídas, revisitando argumentações sedimentadas por estudiosos do Nordeste para, na sequência, atualizá-las. Segundo, pela tarefa de entender o papel da Igreja Católica nessa dinâmica social, muito a partir do trabalho realizado por alguns religiosos. Em outras palavras, para além do que se tornou clássico nas ciências sociais sobre a região, será neste artigo acrescentado que a relação entre Igreja Católica e Nordeste é algo indissociável.

A provocação inicial parte da afirmação de que as biografias de Pe. Ibiapina, Pe. Cícero, Antônio Conselheiro e Dom Helder Câmara<sup>1</sup> são expressões sintomáticas do quanto a Igreja assumiu formas de participação e protagonismo social, cujos desdobramentos estão mais que visíveis em obras, políticas públicas e na capacidade de organização da sociedade. Tais ações viabilizaram meios de reivindicação, resistência e enfrentamento aos processos estruturais de desigualdade, típicos da região e do país.

---

1 O que chamo no título de “provocações cearenses” não deve ser entendido como exclusividade cearense, tendo em vista a igualmente participação de outros religiosos e leigos de lugares distintos que contribuíram na formação de uma Igreja comprometida com os mais pobres. Como forma de reconhecimento, gostaria de destacar três nomes que são, para mim, exemplos de Igreja e de homens dedicados à evangelização junto aos mais humildes: Pe. Cristiano Joosten, Dom Luiz Gonzaga Fernandes e Dom José Maria Pires. Centenas de outros poderiam ser igualmente homenageados, mas faço estes destaques em virtude de tê-los conhecido pessoalmente e aos quais devo, de maneiras diferentes, toda deferência.

O argumento presente em todo o texto é o de que desenvolvimento regional ocorre sempre a partir da combinação de três ingredientes igualmente importantes e explosivos: realidade econômica, presença do estado e movimentos sociais. Nesta linha de raciocínio, a Igreja Católica esteve presente de forma decisiva nas principais fases de desenvolvimento do Nordeste, tendo em vista sua importância e legitimidade para identificar problemas, organizar interesses, formar lideranças e induzir mudanças. Em outras palavras, ela foi, em várias situações e de diversas maneiras, aquele *fato social total*, no sentido dado por Marcel Mauss, capaz de articular a sociedade, como parte dela, e contribuir para importantes processos de mudança e encaminhamentos políticos, não se limitando, assim, a posturas estritamente religiosas.

Neste sentido, a dimensão social da Igreja não é algo novo. Ao contrário, está na base de nossa formação como país, com destaque para o Nordeste. Assim, este artigo procura evidenciar elementos históricos do passado que destacam a vocação da Igreja no Nordeste para o comprometimento social, ao passo que questiona e provoca quais seriam os próximos diante dos desafios do mundo contemporâneo.

### Nordeste: tragédia e encantamento

Em outro momento (BARBOSA, 2015), desenvolvi uma reflexão sobre o Nordeste a partir de três visões. A ideia foi, e continua sendo, entendê-lo como resultado de um processo histórico e cultural que teve eventos importantes para definir pontos de partida ou de “batismo”.

Início a investigação histórica ao considerar que Canudos e Juazeiro do Norte ativaram, a partir do final do século XIX, empurrões fortes para o que passou a ser entendido como região Nordeste.

Tais ocasiões se tornaram relevantes porque impuseram às elites da época grandes desafios, os quais foram respondidos, por estas, com maior violência em Canudos, de modo a deixar bem claro as intenções republicanas de Ordem e Progresso: modernidade *versus* passado monárquico. A partir da guerra de Canudos, dois países são claramente definidos. Um que representa as intenções modernizantes

da capital da República e outro, rústico, sertanejo, trágico e síntese de uma tradição que deveria ser combatida.

O curioso é que, depois do genocídio, o Estado se “preocupa” com a região das secas e inicia todo um processo de contenção e pacificação regional a partir de políticas próprias. Assim, o regional, o Nordeste, como o conhecemos hoje, em grande parte resulta dos movimentos sociais provocados no final do século XIX que denunciavam a miséria e o abandono por que passava tanta gente.

Assim, de Juazeiro do Norte a Canudos é possível traçar uma reta imaginária que não só liga dois movimentos sociais conflituosos, mas, principalmente, polarizam correntes que passam a transitar e aquecer sentimentos de autorreferência e estereótipos. Esse regional possui imagens e narrativas que sedimentaram compreensões e preconceitos das mais diversas ordens, seja para circunscrever relações de desigualdade entre norte atrasado e *sul maravilha*, seja para alimentar uma nova modalidade econômica baseada na transferência de dinheiro público através de verbas ao “combate” dos problemas causados pela escassez de chuvas, a famosa indústria da seca. Esse Nordeste que se define a partir do início do século XX teve muitos intérpretes. De modo detido, três visões se destacam: Celso Furtado, Gilberto Freyre, e Durval Muniz.

Diante desse cenário de ficções e inventores, pode-se elencar alguns exemplos. Inicialmente, Celso Furtado. Neste caso, a relação entre a vida corriqueira e as letras permitiu o surgimento de uma visão de mundo que o fez refletir sobre o Nordeste de maneira diferente daquilo que até então era pensado. A vida que teve, ainda quando menino em Pombal/PB, e o que experimentou no cenário paraibano, marcado pelas oligarquias rurais, as relações paternalistas e a violência no campo, ofereceu, à criança e ao jovem, os elementos para a elaboração de um espelho em si, cujo reflexo foi lançado na forma de análises e posturas éticas, principalmente aos estudos sobre o subdesenvolvimento e suas raízes na formação do Brasil. O Nordeste, em Furtado, seria a expressão maior das contradições sociais brasileiras, pois era o espaço onde a desigualdade se apresentava de forma ainda mais crônica.

Sua visão era a de que o Nordeste seria uma região problema, carente de planejamento e políticas de transformação social. Estava ciente de que a resolução das principais questões nacionais passava pela redução das desigualdades regionais.

Tirar o Nordeste de sua condição de atraso em relação ao restante do Brasil significava um avanço para toda a nação.

Para tanto, a região precisava incrementar a renda pela geração de empregos, preferencialmente na indústria, além de investir em novas tecnologias na produção de alimentos no semiárido, além da utilização das terras úmidas, quer dizer, do litoral, para a agricultura, podendo, finalmente, avançar na colonização do Maranhão como saída à distribuição de terras e distensionamento dos conflitos gerados pela concentração fundiária. Desta maneira, o relatório do GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - foi escrito, no intuito de demonstrar, de forma científica e planejada, os problemas e possíveis soluções para os graves problemas da região, o que resultou na criação da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste<sup>2</sup>. A partir de Celso Furtado, o Nordeste assume a condição, no plano científico e político, de problema, mas também de potencialidade econômica. Assim, pela primeira vez, passa a ser visto na perspectiva do possível, da esperança e do desenvolvimento.

Por um outro viés Gilberto Freyre compreende o Nordeste. Ele voltou ao Brasil depois de seus estudos nos Estados Unidos, carregado dos ensinamentos antropológicos de Franz Boas, com o propósito de problematizar a formação da sociedade brasileira em suas manifestações mais sutis, segundo critérios teóricos e metodológicos sobre a noção de cultura, entendida a partir das manifestações próprias da culinária, sexualidade, parentesco, economia, religiosidade etc. Em Gilberto Freyre é possível identificar uma região centrada na ideia de autenticidade, algo original no que se refere à cultura e que, por esta razão, deveria ser preservado. Essa visão dá margem ao nostálgico e familiar, muito presente na obra de Gilberto Freyre. O Manifesto Regionalista aponta tais elementos e provoca, em 1926, a necessidade de valorização daquilo que seria o grande patrimônio do Nordeste, sua cultura.

Na terceira perspectiva sobre o regional está o texto de Durval Muniz *A invenção do Nordeste e outras artes*. O texto resulta de sua tese de doutorado

---

<sup>2</sup> Cabe destacar a importância das Ligas Camponesas nos anos de 1950 e os Encontros dos Bispos do Nordeste em Campina Grande (1956) e depois em Natal (1959). Nestes encontros a Igreja foi decisiva na provocação do governo brasileiro à tomada de medidas que provocassem mudanças estruturais para a economia da região, não apenas paliativos, como era de costume. De modo detido, tanto as Ligas Camponesas como a Igreja foram fundamentais para a própria criação da Sudene e na definição de políticas mais eficientes aos problemas do Nordeste.

defendida em 1994 na Unicamp, na área de História. Nele, o autor elaborou, de modo contundente, a argumentação de que aquilo que é divulgado e explorado a respeito do Nordeste e sua genuinidade (ou falta dela) não passa de estereótipos resultantes de poderes e saberes historicamente construídos, os quais possuem objetivos claros de reprodução dessa orientação estereotipada e preconceituosa que alimenta a ideia de um Nordeste de sofrimento e exclusão. Esses mesmos preconceitos clamam por autenticidade e reconhecimento. Em Durval Muniz há uma orientação foucaultiana, cuja referência histórica intenta desconstruir, inclusive, a ideia de região.

Seja como região problema e tragédia, seja como autenticidade ou ficção, o fato é que o Nordeste foi objeto de estudos e de políticas, cujos efeitos ainda se fazem sentir. Em resumo, pode-se observar três Nordestes. O trágico, o natural/romantizado e o ficcional.

É possível, do mesmo modo, pensar sobre orientações e posturas religiosas diferentes. Assim, de Canudos para os dias atuais, são identificados três tipos ou manifestações sociológicas importantes da Igreja Católica no Nordeste brasileiro: messiânica, orgânica e plural. Os caminhos percorridos pela Igreja no processo de participação social serão abordados a seguir.

## As provocações cearenses

Em uma bem escrita dissertação (NASCIMENTO, 2009) sobre a vida religiosa de Pe. Ibiapina são apresentados os trabalhos sociais que ele realizou junto às pessoas da Região Norte do Brasil, atual Nordeste. Através das Casas de Caridade, fundadas nos anos de 1860, foram produzidas novas formas de convivência e de sociabilidade, segundo orientações as mais diversas, a exemplo da educação. Ibiapina não edificou apenas prédios, ele construiu um fazer igreja destoante da época que, na minha opinião, contribuiu de maneira decisiva para o que passou a ser entendido posteriormente como ação, missão e pastoral social da Igreja no Nordeste.

Em outras palavras, Pe. Ibiapina antecipa o que foi amplamente discutido, cem anos depois, no Concílio Vaticano II, naquilo que diz respeito à opção pelos pobres, através de uma compreensão de caridade que passa pelo interesse de mudar uma determinada condição de vida. Sem sombra de dúvidas, Pe. Cícero e Antônio Conselheiro, já mencionados no início deste texto, beberam nessa fonte.

Um terceiro cearense, Dom Helder Câmara, assume no contexto do século XX, no pós-Segunda Guerra, essa mesma postura, de construir uma Igreja comprometida com os mais pobres. Agora, anos antes do Concílio Vaticano II, recai sobre a Igreja Católica, no Nordeste brasileiro, o protagonismo em defesa dos mais simples, principalmente pela denúncia das causas da miséria que, até então, eram atribuídas às secas e aos castigos. Em outras palavras, Dom Helder, assim como Antônio Conselheiro e Padre Cícero, assume a condição de inventar o Nordeste, agora, pelo viés religioso na esteira do Pe. Ibiapina, mas atualizado por um novo contexto histórico.

De modo diferente dos conterrâneos anteriores, Dom Hélder lidera uma Igreja não mais messiânica, mas pautada em outra espiritualidade, em outro modo de ver e participar da política, cuja mudança da estrutura social fosse o objetivo a ser alcançado. Assim, a Igreja assume novas características, com ênfase na capacidade de unir forças que pudessem interferir sobre o Estado e mudar a sociedade a partir dele. Assume, portanto, uma feição que pode ser denominada de "orgânica", tendo o olhar focado em preocupações de ordem objetiva em relação aos pobres, a exemplo de temas relacionados ao trabalho, terra, violência e sobre as ações do Estado como um todo. Fé e participação política são vistos como instrumentos indissociáveis, no intuito de promover justiça social a partir do próprio Estado. Uma Igreja contribuindo para reformar e mudar a sociedade por vias institucionais, não superando ou promovendo revoluções violentas, mas orientada para o desenvolvimento e comprometida com os pobres.

O termo "orgânico", aqui utilizado, aproxima-se mais do conceito de solidariedade de Durkheim, do que do gramsciano. Assim, refere-se à capacidade de criar bases solidárias e políticas que promovam a ordem social através de instituições interdependentes. Não é, nestes termos, a Igreja, revolucionária, mas preocupada com a mudança social através de mecanismos democráticos e coordenados por um ordenamento jurídico e político comprometido com a redução das desigualdades sociais.



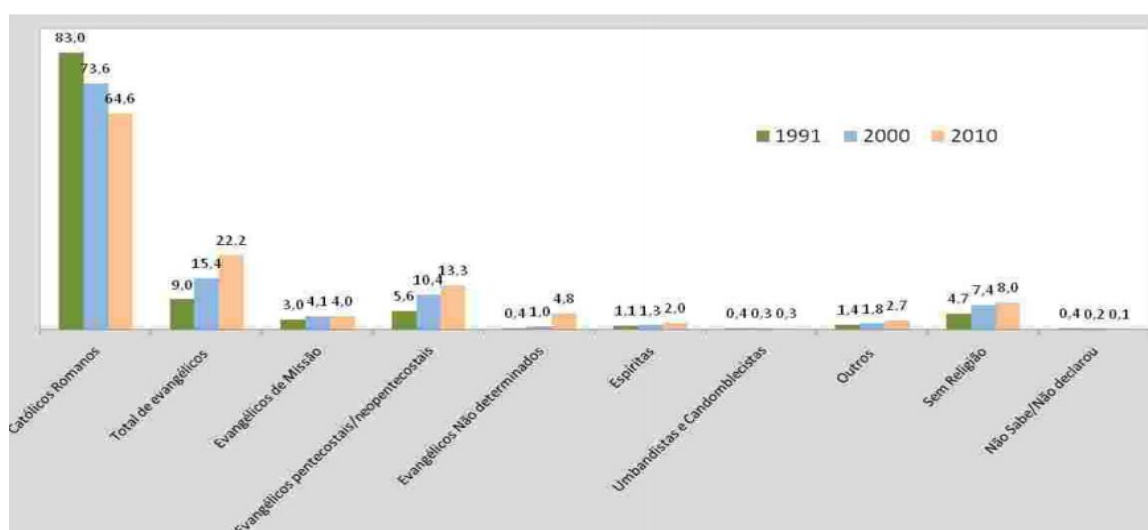
## Processo de modernização e mudança na dinâmica religiosa brasileira

Até a década de 1970, a igreja católica correspondia a mais de 90% da população brasileira, de acordo dados do IBGE. Este número passou a cair sistematicamente nas três décadas seguintes, de modo que, no último Censo, em 2010, o país registrou um percentual na ordem de 66% de católicos.

Mesmo sendo ainda majoritária, o fato é que a Igreja sofreu grande impacto em termos de redução percentual de fiéis, cedendo espaço, especialmente, para os evangélicos. O Brasil, ao contrário da Europa, não sofreu um processo intenso de secularização, uma vez que continua profundamente cristão, embora constatado o aumento de pessoas que se declaram sem qualquer vínculo religioso.

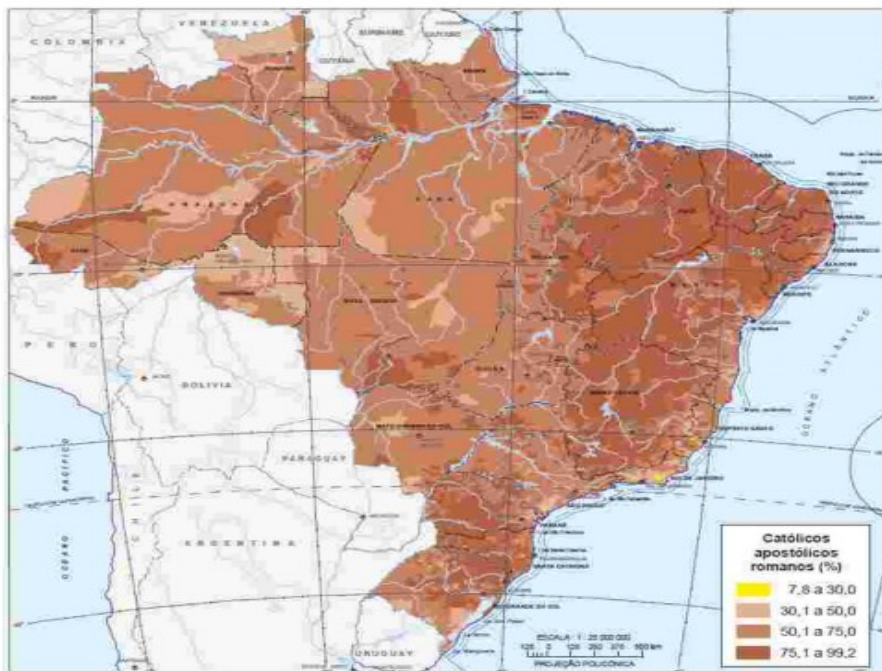
De modo concreto, aquela Igreja que nos anos de 1950 tinha um peso social e capacidade de abrangência em larga escala, não possui a mesma representação, pelo menos em número de fiéis, na atualidade. A partir dos estudos realizados pela sociologia das religiões no Brasil (PIERUCCI, 2004), constata-se a presença, no país, de um disputado mercado religioso cristão, polarizado por católicos e inúmeras denominações evangélicas. Assim, falar que o Brasil é um país plural, do ponto de vista religioso requer certas ponderações, uma vez que, embora existam várias denominações, aqueles que se autodefinem como cristãos correspondem a um percentual de mais de 95% dos brasileiros. Em outras palavras, o Brasil é um país de imensa pluralidade cristã.

### Proporção de pessoas por grupos de religião - Brasil 1991/2010



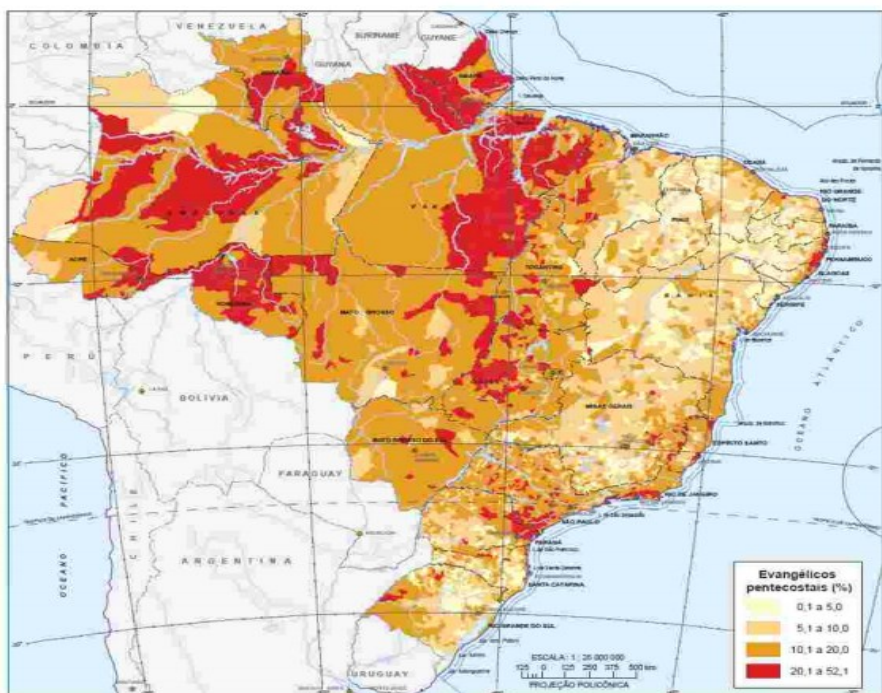
De acordo com o IBGE, até 2010 a Igreja Católica perdeu fiéis, em termos proporcionais, ao passo que os cristãos migraram para religiões Evangélicas, as quais tiveram seu foco centrado nas metrópoles e em missões ao norte do país, como vemos a seguir:

### Percentual de Católicos Apostólicos Romanos na população



Fonte: Crescimento das religiões no Brasil entre 2000 a 2010.

### Percentual de pessoas Evangélicas Pentecostais



Fonte: Crescimento das religiões no Brasil entre 2000 a 2010.

O que se coloca, em termos contemporâneos, é que, ao contrário do que propunha a sociologia clássica (Durkheim, Weber e Marx), o fenômeno religioso não entrou em decadência. Seja pela industrialização e urbanização, próprios do mundo moderno que impunha nova forma de solidariedade (orgânica, para Durkheim), seja pelo processo de racionalização da vida e desencantamento do mundo (Weber), ou a leitura materialista histórica e dialética sobre uma sociedade de classes antagônicas em constante conflito (Marx), a religião não teria espaço com o avanço da civilização moderna Ocidental.

Ao contrário disso, o final do século XX e início do XXI revelaram outro contexto histórico. O fenômeno religioso pauta as principais questões e conflitos contemporâneos, além de ganhar força na América Latina, com destaque para o Brasil, através dos movimentos de inspiração neopentecostal, inseridos de modo mais intenso nas periferias das grandes cidades.

De modo aparentemente paradoxal, vive-se o ápice da racionalidade e descobertas científicas, cada vez mais evidentes no campo da engenharia genética, por um lado, ao passo que são constatadas manifestações em torno do sagrado no mundo inteiro, inclusive com a efervescência de movimentos fundamentalistas cristãos e islâmicos. Isto sugere que o projeto de secularização não foi bem-sucedido, provocando em autores como Habermas a reflexão sobre o papel das religiões em uma conjuntura denominada por ele de *pós-secular* e sua importância no contexto da esfera pública.

## Esfera pública e democracia: uma reflexão necessária

No Brasil, religião e esfera pública se confundem. Assim, torna-se necessário pensar um pouco a respeito para se entender melhor tal relação.

Inicialmente, o que marca a atual conjuntura é a crise e isto fomenta a reflexão e o debate, principalmente sobre a democracia. Torna-se cada vez mais desafiador o reconhecimento, no contexto das sociedades modernas, das potencialidades de emancipação e os obstáculos correspondentes para tanto. Não há emancipação sem democracia. “Nenhuma forma de emancipação pode se justificar normativamente em detrimento da democracia.” (Habermas)

Eis a necessidade da participação/dinâmica ativa da esfera pública. Significa dizer que a discussão interdisciplinar dos ideais normativos da esfera pública são imprescindíveis no âmbito da sociedade burguesa, tendo em vista que viabilizam os potenciais de emancipação, quer dizer, de liberdade e realização dos potenciais próprios para garantia da qualidade de vida no contexto burguês (saúde, educação, trabalho etc.). Esta sociedade é, paradoxalmente, democrática e antidemocrática, e a teoria habermasiana aponta para os limites e potenciais para a realização da democracia nas sociedades modernas capitalistas.

Sua tese central parte do princípio kantiano do uso público da razão. Pessoas (privadas, livres) que discutem “razões” (temas, questões diversas: valores, subjetividades, convicção de mundo etc.) criam as condições sociais para a formação de “arenas” ou “espaços públicos” de debate a respeito da vida cotidiana ou outros temas comuns que favoreçam a definição de argumentos racionais e críticos sobre tais assuntos. Desta forma, torna-se imprescindível a criação e garantia das condições racionais e comunicativas que definiram ações e instituições políticas.

Em termos práticos, a cidadania possui dimensão agonística, reivindicatória, ela necessita de reconhecimento, atenção, pois nunca é gratuita. Nestes termos, o campo político é o da permanente vigilância, pois nada está garantido, principalmente, a própria democracia. Se amar se aprende amando, democracia se aprende, do mesmo modo, na prática. No caso brasileiro, quais as objeções da não realização democrática? Quem se beneficia com a não realização democrática? A esfera pública se articula na oposição entre Estado e Sociedade, ela consiste em um processo complexo de diferenciação e de mediação. Assim, falar em esfera pública diz respeito aos seguintes requisitos: 1. Confronto da autoridade pública (Estado); 2. Criação de uma zona crítica de formação de um juízo; e, 3. Prática da discussão pública. Tais dimensões viabilizam: 1. sociabilidade; 2. participação política pela crítica racional; e, 3. provocação e construção de ideais normativos.

Analisada por tais critérios teóricos, pode-se dizer que a democracia brasileira está muito mais para uma tragédia do que para outra coisa. Uma tragédia da não realização, uma democracia da véspera (O beijo é a véspera do escarro, como dizia Augusto dos Anjos). A escravidão, o latifúndio, o misticismo, entre outros fatores próprios de nossa formação cultural nos impedem de avanços nessa radicalização democrática. Diante disso, qual a saída?

A saída consiste em investir na formação de espaços nos quais seja estimulada a autonomia de indivíduos críticos, na formação de subjetividades autônomas e de juízos. Uma sociabilidade que é privada, mas não dominada pela economia e que, ao mesmo tempo, não segue a lógica da administração pública. O papel da esfera pública é de influenciar e supervisionar, criando na democracia representativa a sensação de vigília e prestação de contas. Quando a esfera pública é fraca, os políticos se sentem mais “livres”.

No lugar de emancipação, o que se percebe é a “refeudalização” da sociedade. Quanto mais ela se expande, mais essa crítica da esfera pública, construída por pessoas independentes, do ponto de vista crítico, perde força. Formas e forças de manipulação da opinião pública nadam a braços largos na nossa sociedade que se diz do conhecimento, embora perdida no mundo infinito de informações inúteis, desrespeitosas e destruidoras do próprio homem. A decadência da esfera pública dilui a distinção entre público e privado e leva consigo valores e possibilidade de emancipação.

Com o enfraquecimento da esfera pública o que se observa é a estatização e controle do público sobre o privado, por um lado, e, por outro, a “socialização neocorporativista” do Estado por entes privados. Em outras palavras, a substituição do espaço público por corporações (lobbies e castas) de interesse privado, disfarçado de público e com a maioria da população excluída do processo de decisão política.

Estamos diante de um processo de colonização da esfera pública. Qual o nosso papel? Identificar e estimular as novas configurações do uso público da razão. É preciso identificar as arenas próprias das estruturas de comunicação da esfera pública, as “subculturas”. A esfera pública é diversificada e nunca totalmente colonizada, ela possui uma dialética própria. Assim, por mais que possa haver exclusão, ocorre também, por parte dos excluídos, resistência. Essa cultura dos excluídos não é um pano de fundo ou distorção da dita cultura erudita/dominante, ela é contraprojeto, resistência. O processo de exclusão gera seus resistentes.

No plano midiático ocorre a fusão entre entretenimento e informação. Significa dizer que os meios de comunicação mais eletrônicos subjagam a esfera pública e, sem seu dinamismo, não há democracia. Daí a importância da ação comunicativa e da geração de solidariedade.

Portanto, há uma relação direta entre democracia e comunicação. Assim, torna-se urgente acreditar na razão como mediadora e orientadora no cenário político, o que significa a formação de discursos e posturas em nossos arranjos institucionais, no sentido de formar mais pessoas críticas e comprometidas com valores e justiça humanos, para não cairmos no elitismo democrático e nos abusos corporativos.

## Igreja e esfera pública: uma ruptura inexistente

Uma hipótese que levanto e que está se tornando, aos poucos, algo mais passivo de comprovação, diz respeito ao desempenho da Igreja Católica como organizadora da esfera pública no Brasil. Em inúmeras situações isto pode ser demonstrado, ainda mais quando sua participação no cenário político e cultural do Nordeste é tomado como exemplo.

Sem sombra de dúvidas, a legitimidade da Igreja junto às pessoas no Nordeste viabilizou um sem número de iniciativas que culminaram em movimentos populares das mais diversas ordens, como o ocorrido sobre a questão fundiária, os direitos humanos, a educação, sobre os direitos dos índios e quilombolas etc. Em outras palavras, as pastorais sociais não desempenham apenas ações pontuais sobre temas específicos, elas colaboram para um processo mais amplo de organização da sociedade e, conseqüentemente, à tentativa de promoção de justiça social.

Aqui é oportuno destacar que essa preocupação com as questões sociais, por parte da Igreja, resulta de um processo histórico longo, cujo teor poder ser identificado nos seus documentos oficiais. Assim, tomando o Concílio Vaticano II e o que o sucedeu a partir das quatro conferências latino-americanas (Medelin - 1968, Puebla - 1979, Santo Domingo - 1992, Aparecida - 2007), fica claro localizar as orientações a respeito da Doutrina Social da Igreja e seus efeitos no tocante às questões sociais no plano mais direto da América Latina. Tais Conferências, além das muitas Encíclicas publicadas desde a *Rerum Novarum* por Leão XIII, até a Doutrina Social, por Bento XVI, evidenciam a construção de uma *síntese socioantropológica* da Igreja, construída no século XX entre os polos do Liberalismo e do Marxismo. Pode-se dizer que a Igreja Católica possui um projeto de civilização (BARBOSA, 2016).

Na leitura desses documentos está evidente o entendimento do quanto o cristianismo não é o encontro com uma ideia, mas com Jesus, quer dizer, com uma pessoa. E isto só é possível pela mediação dos outros. Em outras palavras, a base do cristianismo diz respeito a uma relação de alteridade, cujo teor se fundamenta na relação entre um “eu”, Deus, que se comunica pela Palavra que é Jesus e “outro(s)”. Portanto, mesmo como um projeto pessoal, a salvação não descarta a relação com o próximo. Ao contrário, pode-se dizer que ela é uma ação social, pois traz consigo a relação indissociável entre subjetividade e coletividade. Esse conteúdo teológico possui profunda dimensão sociológica, justamente por identificar na caridade e no oprimido, vínculos afetivos de um fazer comunitário (CNBB, 2015).

A sociologia do direito, em particular, tem vários estudos que demonstram o processo a partir do qual as leis são construídas. Além de ser o resultado de arenas políticas, na medida em que “voltam” para a vida cotidiana, toda norma passa por adaptações, rejeições e, às vezes, obediência. Significa dizer que, o fato de ser oficial não é o mesmo que efetivamente aplicada, pois cada contexto reage ao seu modo às imposições jurídicas.

A mesma lógica se aplica aos documentos da Igreja. Em outras palavras, estar escrito que há uma *opção pelos pobres* e críticas à economia de consumo e à poluição da natureza é algo bem diferente daquilo que, de fato, passa a ser vivido no plano das dioceses e do cotidiano propriamente dito. Mesmo assim, a elaboração de documentos comprometidos com os graves problemas que afligem o mundo e a América Latina, em particular, com ênfase na crítica aos processos estruturais de acumulação de renda e aumento das desigualdades, são fundamentais para se tomar como ponto de partida quando do fazer Igreja.

No documento de Aparecida (CELAM, 2007, § 99, f), para citar um exemplo, fica claro como a Igreja assume a *causa dos pobres*, sendo sua Doutrina Social um marco importantíssimo para a orientação de ações solidárias nas mais diversas áreas da vida social. Em um outro lugar do mesmo documento, há o destaque quanto à importância da sociedade civil, ao afirmar o papel das mulheres, índios e afro-americanos no processo de consolidação da democracia (CELAM, 2007, § 75).

Ainda no Documento de Aparecida, no tocante às pastorais sociais, vale a pena citar um trecho das orientações:

As Conferências Episcopais e as igrejas locais têm a missão de promover renovados esforços para fortalecer uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral que, com a assistência e a promoção humana,<sup>234</sup> se faça presente nas novas realidades de exclusão e marginalização em que vivem os grupos mais vulneráveis, onde a vida está mais ameaçada. No centro desse agir está cada pessoa, que é acolhida e servida com cordialidade cristã. Nessa atividade a favor da vida de nossos povos, a Igreja católica apóia a colaboração mútua com outras comunidades cristãs (CELAM, 2007, § 401, f)

Fica bastante elucidada a importância, no documento, das pastorais sociais ao projeto evangelizador, especialmente naquilo que elas precisam desempenhar na produção humana, tendo em vista os processos contemporâneos de exclusão e marginalidade.

## A Igreja no mundo plural

A partir de Pe. Cícero e Antônio Conselheiro, além de outros nomes como Frei Damião, a Igreja mostrou-se no Nordeste a partir de elementos particulares ao messianismo, muito pautada na ideia de salvação dos oprimidos pela ação divina reparadora das desigualdades entre os homens gerada pelos pecados, separando os filhos e filhas eleitos, dos pecadores.

Décadas depois, a Igreja vislumbra outro horizonte. Como foi dito, a partir de Dom Helder, assume o que se colocava como prioridade naquela ocasião. Quer dizer, elege o desenvolvimento como a possibilidade de melhoria da qualidade de vida no plano material e redução do estado de tragédia e das condições sub-humanas a que estava submetida a maioria dos nordestinos. Essa igreja afirma, na minha leitura, uma condição de *orgânica*, no sentido de identificar no Estado a saída institucional segura para a resolução dos problemas. Em resumo, desenvolvimento seria um Estado comprometido com os pobres.

Na atual conjuntura de mudanças profundas provocadas desde os anos de 1970, muito bem esclarecida por Castells, o mundo entra em um novo processo de reestruturação produtiva, impulsionada pela revolução tecnológica da informação, favorecendo ao capitalismo os instrumentos para se tornar global. Em outras palavras, a globalização impõe novo processo de expansão do capital, ao passo que cria, a partir disto, novidades nos campos socioculturais, a exemplo das questões religiosas e de exploração do trabalho. Em síntese, ao contrário de uma sociedade



rural e tendo o catolicismo como religião majoritária, constata-se profundas transformações no Brasil que o tornaram mais urbano, industrial e com uma dinâmica cultural que se dinamiza do sincretismo para a diversidade.

O professor Pierucci, profundo estudioso da sociologia da religião no Brasil, destaca esse fenômeno curioso, segundo o qual, o país apresenta manifestações, em larga escala, que contrariam a ideia de sincretismo. Em linhas gerais, sincretismo diz respeito a mistura, à capacidade de aproximar extremos e criar algo inusitado, como o mulato. Teria sido a nação construída sobre o mito de que, aqui, tudo se resolve na mistura, na miscigenação. Na religião não seria diferente, pois a Igreja Católica funcionava como uma imensa rede ao abrigo das mais diversas possibilidades de crenças. Haveria, do mesmo modo, um *catolicismo moreno* (HOONAERT, 1991), próprio da diversidade religiosa resultante de incontáveis influências.

Porém, muito em decorrência do avanço das Igrejas Evangélicas, o padrão muda drasticamente. No lugar de existir uma *sopa* que diluía as diferenças, Pierucci afirma que o Brasil está virando uma salada, quer dizer, cada um no seu quadrado, onde há muitos, mas que não se misturam. Se a Umbanda já foi entendida como a religião mais brasileira, por combinar elementos do catolicismo com os de outras referências religiosas de matriz africana, o que poderia vir a ser, no futuro a grande aglutinadora de devoção nacional, constata-se outra coisa. O dinamismo religioso no país não seguiu essa lógica, mas outra, aquela em que cada fiel define, cada vez mais, sua fronteira de crenças.

Nas outras áreas de manifestações culturais, também segundo Castells, há o que ele denominou de *poder da identidade* (CASTELLS, 1999), para destacar que, atualmente, o debate em torno das minorias e de outros referenciais identitários religiosos estão mais em evidência do que os modelos tradicionais do capitalismo, como o sindicato e o partido político. Assim, afirma que nos encontramos em um mudo de contornos cada vez mais plurais, do ponto de vista simbólico.

Assim, neste cenário de globalização, de valores e expressões diversas, onde a religião católica é *mais uma*, embora ainda maioria entre os brasileiros, cabe perguntar: como ser Igreja nesse processo? Mais uma vez, através de seus documentos, a Igreja vem se manifestando sobre o assunto e deu, a meu ver, uma satisfatória resposta com a eleição do Cardeal Bergoglio para assumir seu cargo mais alto.

Mesmo com visitas e preocupações intensas à América Latina, por parte de seus antecessores (João Paulo II e Bento XVI), talvez seja a partir do Papa Francisco que a Igreja assumiu uma nova configuração no continente. Em outras palavras, o seu pontificado representa a ascensão ao poder central da Igreja de toda essa preocupação com os humildes. Seria o Papa Francisco mais um cearense? É possível, pelo menos no que seus conterrâneos latinos se colocaram ao empenho de organizar o *povo de Deus*, a esfera pública e quem de alguma forma se sente chamado para a real prática da caridade, da solidariedade e dos valores cristãos.

Neste mundo plural, o Papa tem mostrado seu interesse pela acolhida, pela Igreja em saída, pela misericórdia, pelo perdão. Mostrou-se firme na crítica ao atual modelo de desenvolvimento econômico que, além de excludente, intensifica a produção de lixo e outras formas de destruição do planeta (Encíclica *Laudato Si'*). Assim, provoca ao desafio de ser Igreja em meio ao plural, no sentido de estimular o diálogo e acolhimento, não o relativismo desmedido, prezando, assim, mais pela vida do que pela exclusão. Ir aos pobres, aos imigrantes, aos refugiados e a todos os marginalizados desta globalização, significa uma ação de rejuvenescimento da própria Igreja, atualizando-a às dores do mundo, arejando suas estruturas por vezes esquivas e indiferentes.

## Conclusão

O que chamei de *provações cearenses* significa uma Igreja sensibilizada para com os mais pobres. Este mundo globalizado desenvolveu novas formas domínio sobre o homem, seja em relação ao corpo e ao trabalho, seja sobre seus desejos. De fato, há mercadorias, como disse Marx, para tudo, tanto para satisfazer as necessidades do estômago como da fantasia.

Diante das incertezas que se avolumam, com destaque para o mundo do trabalho e sobre o comprometimento das reservas naturais como a água e o ar, muito tem surgido como fonte de salvação e acalanto. Espécies de escudos mágicos para a defesa de tantos males.

No caso particular da Igreja Católica, na sua versão nordestina, o momento de sede requer que se beba nas fontes certas. Uma dessas fontes é o que vem sendo publicado por ela mesma, especialmente naquilo que atenta para a urgência da

aproximação ou reaproximação de sua base mais periférica, os pobres. Precisa ela estar presente para se refazer e para evangelizar. Para repetir o que muito fez na região ao formar lideranças comunitárias e levar aos jovens que vivem na vulnerabilidade das drogas e de outras violências, a esperança, pelo testemunho do próprio Jesus.

## Referências

BARBOSA, José Luciano Albino. Contornos de uma história periférica: digressão sobre cultura e política no Nordeste do Brasil. In: *Revista Política e Planejamento Regional*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 249-264, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Contornos-de-uma-historia-periferica-digressao-sobre-cultura-e-politica-no-Nordeste-do-Brasil.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2017.

BARBOSA, José Luciano Albino. Síntese Socioantropológica do Catolicismo ou como a Tradição Reforma a Modernidade: um projeto civilizatório em curso. In: PENZIN, Adriana Maria Brandão. *A convivência com o semiárido: Fé, Política e Resistência*. Belo Horizonte: FUMARC, Cadernos Temáticos do Nesp, n. 06, 2016.

AQUINO JUNIOR, Francisco de. *Pastoral Social: Dimensão socioestrutural da caridade cristã*. Brasília: Edições CNBB, 2016.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CELAM. Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulus, 2007

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2015-2019*. São Paulo: Paulinas, 2015. (Documentos da CNBB, 102).

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HOONAERT, Eduardo. *O cristianismo moreno no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.

NASCIMENTO, Maria Célia Marinho do. *Filhas e irmãs do Padre Ibiapina: educação e devoção na Paraíba (1860-1883)*. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2009.

RIETVELD, João Jorge; MEDEIROS, Jean Luís Gomes de; MEDEIROS, Sônia Vieira de (Org.). *Os passos de um missionário: escritos de padre Cristiano Joosten, Redentorista*. Campina Grande: Cópias e Papéis, 2017

PIERUCCI, Antonio Flávio. Secularização e declínio do catolicismo. In. SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro Sá (Org.). *Católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004.

Manuscrito submetido em 09/04/2018.

Aceito em 15/05/2018.

José Luciano Albino Barbosa

Sociólogo, Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: [lucianoalbino@uepb.edu.br](mailto:lucianoalbino@uepb.edu.br)